

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO SÉCULO XXI

EDUCACIÓN INCLUSIVA: DESAFÍOS Y OPORTUNIDADES DEL SIGLO XXI

Karin Milena de Medeiros Kersbaum^{*}
Edna Aparecida Marquez Sebold^{**}

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é analisar a dinâmica da educação inclusiva à luz dos desafios e oportunidades que ela enfrenta em pleno século XXI. Pretende-se identificar e explorar as mudanças e tendências mais significativas que influenciam a inclusão, compreender como essas transformações afetam educadores, alunos e sistemas de ensino e fornecer uma visão abrangente do cenário da inclusão na atualidade. Para alcançar o objetivo proposto, este estudo busca, através de uma pesquisa bibliográfica, informações para identificar o cenário da inclusão escolar, verificando as mudanças em algumas legislações que abordam esse tema. A pesquisa demonstra que a educação inclusiva está em constante evolução no enfrentamento de desafios e no aproveitamento de oportunidades oferecidas pelas legislações vigentes. É preciso repensar o processo de inclusão nas escolas, não pensando apenas em alunos com deficiência, mas também naqueles excluídos pela etnia, pelo gênero, pela sexualidade ou pela dificuldade de aprendizagem. Não se trata de um manual, com passos a serem seguidos, mas de um documento que apresenta e analisa os fundamentos e a urgência de uma educação preocupada com o aluno, que acredita na capacidade que tem de progredir, buscando meios para ajudá-lo a vencer os obstáculos escolares, tornando a educação inclusiva uma realidade possível a todos. No entanto, evidencia-se que para universalizar o acesso de todos a uma educação com equidade, precisa-se reorganizar as escolas, tanto em seu aspecto pedagógico, quanto no administrativo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; equidade; romper paradigmas.

RESUMEN

El principal objetivo de este artículo es analizar la dinámica de la educación inclusiva a la luz de los desafíos y oportunidades que enfrenta en el siglo XXI. Su objetivo es identificar y explorar los cambios y las tendencias más significativos que influyen en la inclusión, comprender cómo estas transformaciones afectan a los educadores, estudiantes y sistemas educativos y proporcionar una visión integral del escenario actual de la inclusión. Para lograr el objetivo propuesto, este estudio busca, a través de una investigación bibliográfica, información para identificar el escenario de la inclusión escolar, verificando los cambios en algunas legislaciones que abordan este tema. La investigación demuestra que la educación inclusiva está en constante

^{*}Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). E-mail: prokarinmilena@gmail.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4006244157635667>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1315-1318>.

^{**}Mestranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). E-mail: ednaaparecidamarquezsebold@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-8195-1030>.

evolución para enfrentar los desafíos y aprovechar las oportunidades que ofrece la legislación actual. Es necesario repensar el proceso de inclusión en las escuelas, no sólo pensando en los estudiantes con discapacidad, sino también en los excluidos por razones étnicas, de género, sexualidad o dificultades de aprendizaje. Este no es un manual, con pasos a seguir, sino un documento que presenta y analiza los fundamentos y la urgencia de una educación preocupada por el estudiante, que cree en su capacidad de progresar, buscando formas que le ayuden a superar los obstáculos escolares, haciendo la educación inclusiva sea una realidad posible para todos. Sin embargo, está claro que para universalizar el acceso de todos a una educación equitativa es necesario reorganizar las escuelas, tanto en su aspecto pedagógico como administrativo.

Palabras-claves: Educación Inclusiva; equidad; romper paradigmas.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a escola tem exercido sua função básica, a transmissão do saber. No entanto, no momento em que se vive, não se concebe mais só esse objetivo à escola, já que se compreende que ela pode e deve, através do saber construído, oportunizar o desenvolvimento integral de todos os educandos. Há algum tempo, discute-se e busca implementar a política que efetive a inclusão escolar, fazendo com que a escola garanta oportunidades iguais a todos os educandos. Apesar de se almejar isso, será que de fato, a realidade está confirmando essa busca?

De acordo com Mantoan (2015, p.10), não se pode esquecer que o passado da educação foi sempre de excluir as pessoas com deficiência, alegando que tais alunos eram incapazes de acompanhar a turma. Nesse sentido, a escola abre suas portas, porém o sujeito tinha a incumbência de se adaptar ao meio, ou seja, se moldar conforme os demais.

O tema da inclusão escolar vai muito além de abrir as portas da escola e colocar as pessoas com deficiência em seus bancos escolares. É ilusório pensar que o sistema de ensino apresentará na sua singularidade soluções sem que o corpo coletivo abrace essa causa e compreenda o fazer educacional pautado no desenvolvimento integral. O ser humano, pensante, mutável, em movimento constante, que é construtor e que se constrói constantemente, tem a capacidade de romper com paradigmas, mudando o cenário da educação, promovendo de fato a educação inclusiva.

O objetivo primordial deste estudo é analisar, com relativa profundidade, as teorias sobre educação inclusiva, identificando os principais desafios e as

oportunidades que a inclusão oferece à educação do século XXI, para que professores e equipe gestora estejam preparados para a transformação institucional, a fim de eliminar os diversos fatores que favorecem a exclusão escolar, para que, dessa maneira, se promova o direito inalienável de todos à educação. Para alcançar tal objetivo, adotou-se uma abordagem de pesquisa bibliográfica que se concentra em trabalhos recentes que abordam sobre a importância de se lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte, ou seja, uma educação aberta incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusiva.

A presente pesquisa, faz-se necessária, uma vez que houve constantes mudanças legais na educação inclusiva. Diante de tais transformações, há, no entanto, aqueles profissionais que estão de prontidão, ultrapassando as fronteiras do conhecimento, mas há também aqueles que continuam ignorando as novidades que acontecem ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos.

Espera-se que os resultados deste estudo forneçam uma visão aprofundada das transformações essenciais na educação inclusiva. Esses resultados podem informar políticas educacionais, orientar práticas pedagógicas inovadoras e contribuir para não excluir ninguém e, assim, melhorar a qualidade do ensino e, enfim, atingir a todos.

2 BREVE HISTÓRICO

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 11), um dos seus objetivos fundamentais é “a promoção de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Além disso, o documento relata que,

A educação é um direito de todos e dever do estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. A escola, por sua vez, tem obrigação de atender a todos, seguindo os princípios de igualdade, acesso e permanência, liberdade de aprender e ensinar (artigos 205 e 206).

Nesse sentido, percebe-se que, desde 1988, a instituição educacional deveria

estar preparada para atender as necessidades de todos os educandos, sem qualquer tipo de segregacionismo. No entanto, o termo inclusão se popularizou em 1994 com a declaração de Salamanca, que traz primeiramente o tópico acesso, para que a sociedade perceba que existe essa parcela que está excluída, reafirmando que a educação é um direito fundamental de toda criança, com o objetivo de oportunizar o nível adequado de aprendizagem, respeitando suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas (Salamanca, 1994).

Dessa forma, os sistemas educacionais devem levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, para implementar uma pedagogia centrada na criança, satisfazendo, assim, suas necessidades, criando comunidades acolhedoras e construindo uma sociedade inclusiva para todos (Salamanca, 1994).

Além da Declaração de Salamanca, a década de 90 também aprovou a Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9394/96 que vem reiterar e propor ações que tornem a educação um direito de todos, garantindo o que já estava na constituição e na declaração. De acordo com a LDB, o ensino deve ser ministrado seguindo alguns princípios, que garantam não só o acesso, mas também a permanência de todos na escola, a fim de que o educando possa se desenvolver, não apenas frequentar o ambiente estudantil (LDB, 1996).

Após a LDB de 1996, foi promulgada a Convenção Interamericana da Guatemala, em maio de 1999, para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, considerando preconceito qualquer forma de diferenciação que impeça o pleno exercício de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (art. 1º, n.2 “a”) (Guatemala, 1999, p. 1).

O Ministério da Educação (BRASIL, 2008, p. 14), criou a Política Nacional da Educação Inclusiva, com o objetivo de

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Hoje, a declaração mais atual sobre inclusão é a Declaração de Incheon (2015)

que desafia as instituições de ensino a oferecer uma educação de qualidade, garantindo o acesso e permanência dos indivíduos na escola, mas não apenas uma permanência pela acessibilidade do local, é preciso garantir o desenvolvimento, é preciso que haja transformação, a fim de alcançar uma sociedade diferente da que se tem hoje, ou seja, conforme Incheon (2015, p. 2), “concentraremos nossos esforços no acesso, na equidade e na inclusão, bem como na qualidade e nos resultados da aprendizagem, no contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida”.

Em síntese, percebe-se que se tem avançado muito nos marcos legais, tornando a inclusão um direito incontestável e indiscutível para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, sem qualquer distinção. Contudo, para que essas políticas públicas voltadas para a educação inclusiva sejam realizadas, precisa-se romper com paradigmas, com pensamentos e ações que até então funcionava, reorganizando as práticas pedagógicas e ampliando as formações, a fim de preparar os professores para que tenham um olhar para todas as diferenças.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA PERMEANDO OS BANCOS ESCOLARES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A partir da análise das políticas de educação, observa-se a necessidade das mudanças para que o ensino possa caminhar como deveria, acompanhando as inovações. Por isso, no contexto atual, pode-se afirmar que “o que uma coisa é o que está escrito e outra é o que acontece, verdadeiramente, nas salas de aula, no dia a dia, na rotina de trabalho” (Mantoan, 2015, p. 54).

Segundo Mantoan (2015, p. 28), os sistemas de ensino, vem a tempo bradando por mudanças. Mudanças essas não apenas estruturais. Se o objetivo é incluir, precisa-se romper com a escola tradicional em que colocava o sujeito dentro de uma forma e que tinha que se moldar, adequar ao sistema. É urgente a demanda de uma educação que promova o desenvolvimento global de todos, respeitando o universo de cada ser.

Mantoan (2015, p. 32) declara também que “A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso de toda ordem, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e social”. É uma declaração cruel e triste para um professor ler, no entanto, se esse mesmo professor refletir, perceberá que é

real e que consegue recordar os alunos que repetiram várias vezes a mesma série, que evadiram, que foram rotulados... Na maioria das vezes, a escola não admite que fracassou, visto que atribui a culpa apenas ao aluno. De fato, faz-se necessário que o professor saia de sua zona de conforto e da neutralidade, assumindo sua responsabilidade diante dos resultados escolares.

Como afirmou Paulo Freire (1978), o professor que ensina a todos não é aquele que pratica a pedagogia unidirecional, mas aquele que partilha “com” seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula, interagindo e construindo ativamente conceitos, valores, atitudes e buscando perceber o que cada um deles consegue apreender do que está sendo estudado e como procedem ao avançar nessa exploração.

Nesse sentido, o modelo educacional vigente não acompanhou as mudanças que a legislação aponta para a educação inclusiva, uma vez que continua ignorando as novidades que acontecem ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. Por isso, é preciso acreditar que todos os alunos são capazes de estudar, aprender e conviver com os demais.

No entanto, segundo Cunha (2015, p. 71),

Ainda há profissionais que acreditam que a presença dos alunos com deficiência quebrará a rotina da escola. Por isso, temos que pensar em uma inclusão que afaste o pensamento de fracasso, assumindo posturas de novos ensinamentos e novas aprendizagens. Isso consiste em uma renovação da escola.

Esse é um ponto importante que a escola precisa reconhecer: sua função essencial na vida dos educandos, buscando caminhos para auxiliar a todos a assimilar conteúdos, interagir e, assim, adquirir conhecimento. O mundo inteiro, hoje, discursa sobre o respeito à diversidade, todavia está na escola o desafio de torná-la natural, pois “defender a inclusão escolar é necessário para que seja dada a oportunidade a todos os alunos de estarem na escola e, juntos, aprenderem o respeito às diferenças” (Cunha, 2015, p. 71).

Para Mantoan (2015, p. 22-23), “A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar”. Diante disso, percebe-se que Mantoan parte do princípio de que a escola exclui determinados grupos sociais, apesar de ter aberto suas portas a eles. Ou seja, não é inclusão apenas aceitar o estudante adentrar no espaço escolar, isso é integração. Na inclusão, faz-se

necessário respeitar e valorizar os conhecimentos trazidos por ele à sala de aula.

Para Mantoan (2015, p. 28),

As escolas inclusivas atendem a todos os alunos sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns deles, sem estabelecer regras específicas para planejar, ensinar e avaliar alguns por meio de currículos adaptados, atividades diferenciadas, avaliações simplificadas em seus objetivos.

Nessa perspectiva, está fácil transformar a escola em um ambiente realmente inclusivo? Com certeza não, todavia isso é ser professor, estar aberto às transformações, ultrapassar barreiras, quebrar paradigmas, para não excluir ninguém e, assim, melhorar a qualidade do ensino e, enfim, atingir a todos. Dessa forma, um caminho para se chegar à inclusão de todos, é o respeito à heterogeneidade, respeitando as particularidades e singularidades, possibilitando assim o desenvolvimento integral e global de todos.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 17-18), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, na medida em que estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais,

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Além desses grupos, é preciso pensar também na população indígena, nos ribeirinhos, nos refugiados, por isso o professor precisa ter um olhar diferenciado para cada grupo. Quando se admite a necessidade da inclusão, admite-se também a exclusão. Dessa forma, faz-se necessário identificar, nos diferentes espaços escolares, os grupos que estão excluídos, o que pode ser feito para incluí-los.

No entanto, essa conjectura ainda não é observada em muitas escolas do país, uma vez que os professores das instituições precisam estar envolvidos com cada um de seus educandos, acreditando na sua potencialidade e fazendo acontecer a aprendizagem. Diante disso, pode-se perceber que para se ter uma educação para todos, faz-se necessário percorrer um caminho árduo, a fim de reorganizar a escola para atender esta demanda e auxiliar os professores a acreditarem que todos são capazes de aprender, oportunizando aos sujeitos acesso

a uma educação que respeite suas individualidades, com base na heterogeneidade e as limitações pertinentes de cada ser.

Segundo Mantoan (2015, p. 64), para mudar as condições excludentes do ensino no país, é preciso encarar a escola real, com alunos reais, em suas infinitas formas de ser. Esse é o desafio. Para isso, necessita-se encarar as principais tarefas,

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas salas de aula por professores, gestores, funcionários e alunos, porque essas são habilidades mínimas para o exercício da Cidadania.
- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como o ensino que não exclui. Nem só reprova a repetência.
- Formar, aperfeiçoar e valorizar o professor, a fim de que tenha condições e estímulo para enfrentar um ensino sem exclusões e exceções.

Dessa maneira, evidencia-se que para universalizar o acesso de todos a uma educação com qualidade, precisa-se reorganizar as escolas, tanto em seu aspecto pedagógico, quanto no administrativo. No entanto, é na postura do professor que precisa a maior mudança, pois é preciso abandonar o ensino transmissivo para adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa e integradora (Mantoan, 2015, p. 71).

Outrossim, segundo Bueno (1999), o trabalho pedagógico que implante a educação inclusiva, necessita de ousadia e coragem, bem como prudência e sensatez. Tanto na ação educativa concreta (de acesso e permanência qualificada, de organização escolar e do trabalho pedagógico e da ação docente) ou nos estudos e investigações que procurem descrever, explicar, equacionar, criticar e propor alternativas para a educação especial.

Segundo a afirmação de Góes (2002, p.110), não se trata de apenas conceituar escola regular e escola especial, mas de “inovar a escola e não pensá-la num funcionamento uniforme, com pequenos ajustes aos sujeitos considerados incluídos”. No entanto, o que se evidencia na prática pedagógica são os alunos com necessidades educacionais especiais inseridos na escola regular ficam à margem dos acontecimentos e das atividades em classe, porque muito pouco de especial é realizado com relação às características de sua diferença.

Outro elemento preponderante na educação inclusiva é o currículo escolar, uma vez que não é algo estático e ou permanente, precisando permitir que novas abordagens de ensino sejam apresentadas positivamente para a construção do conhecimento de todos. De acordo com Ferreira e Sampaio,

O currículo é conhecimento e não apenas conteúdo, mas a maneira como determinada escola se apresenta em relação à sua função na sociedade e em seus aspectos culturais, por meio de propostas educativas planejadas intencionalmente, respeitando o contexto político, social e econômico. Ao pensar um currículo que seja efetivamente inclusivo e que atenda às necessidades dos alunos, resolvemos trabalhar com propostas educativas que viabilizem seus interesses. (2018, p. 17).

Dessa maneira, percebe-se que cada escola precisa adaptar o currículo, com estratégias de ensino-aprendizagem que respeitem a singularidade e promova a aprendizagem equitativa, visando o pleno potencial do sujeito. Desse modo, segundo Barbosa e Bezerra (2021, p. 6) “refletir sobre a educação inclusiva na escola regular é enxergar a exigência de um currículo transformador, inovador, flexível e que está firmado nas bases da diversidade”.

Nesse sentido, Magalhães (2002 p.35) afirma que a escola inclusiva, com currículo e metodologia flexíveis de fundamentação na diversidade, requer a consideração das diferenças individuais dos seus alunos no que se refere ao ritmo de aprendizagem, ao interesse, à origem social, às habilidades e à motivação dos estudantes para realizarem diferentes propostas.

Nessa perspectiva, percebe-se o quanto a reflexão sobre o currículo impacta no processo de aprendizagem individual, já que, dessa forma, o aluno estará no centro desse processo.

Além disso, Magalhães (2002) afirma que, “a ideia de uma Educação Especial na perspectiva inclusiva é uma prática educativa que perpassa por toda a educação básica, como também por todos os educadores”. No entanto, a formação dos professores das classes regulares, tanto acadêmica, quanto continuada, não os prepara para inclusão.

Enfim, repensar o processo de inclusão nas escolas se mostra extremamente importante, não apenas com os alunos com deficiência, mas também com aqueles excluídos pela etnia, pelo gênero, pela sexualidade ou pela dificuldade de aprendizagem. Mas, identificar alternativas e pensar estratégias que tragam sentido e resultados no processo ensino-aprendizagem não é um caminho fácil, visto que

exigir comprometimento e consciência coletiva, no entanto é possível mesmo diante de desafios pensar e desenvolver estratégias para minimizar os danos causados na aprendizagem em decorrência da exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos apresentou os caminhos que a inclusão já trilhou juntamente com suas práticas pedagógicas. Verificou-se os avanços e o que precisa ainda acontecer para de fato, a escola atender a todos os educandos com suas deficiências.

A elaboração desse trabalho, foi um elemento chave para a ampliação dos conhecimentos já construídos pelos pesquisadores. Essa ampliação gerou liberdade e confiança, pois somente conhecendo, analisando é que se pode gerenciar essa nova postura de sujeitos conscientes e comprometidos com a educação inclusiva em sua essência. Por outro lado, veio à tona, a certeza de que cabe à escola e aos responsáveis por sua existência, romper com antigos paradigmas e concepções que segregam, selecionam, classificam e excluem os educandos.

Contudo, percebe-se através da pesquisa bibliográfica, que os desafios para a efetivação da educação inclusiva são robustos. Porém, este é o momento oportuno para impulsionar as mudanças necessárias para que a educação exercite a construção de uma nova sociedade, em que o sujeito possa ser respeitado na sua singularidade, dentro da sua heterogeneidade, tendo como eixo norteador a equidade dos seres.

A discussão sobre a educação inclusiva é um livro que está escrevendo suas primeiras páginas. Já é possível ver seus avanços. Como qualquer situação inovadora, incomoda muitos, causa desconforto, desassossego, desperta empatia, causa intrigas, surgem críticas, resistência à mudança. No entanto, é necessário e urgente que a causa da educação inclusiva seja abraçada pelos educadores e demais pensadores da educação. As leis nos apontam este caminho. Está na hora da educação ser de fato direito de todos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em:
<https://silo.tips/download/aprendendo-na-diversidade-implicacoes-educativas>. Acesso em 21 de maio de 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 7. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, de maio de 2008.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

FERREIRA, R; SAMPAIO, M. **Sala de recursos: processo de aprendizagem por área de interesse**. IN: PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça (Org.) A escola na perspectiva da educação inclusiva: prática pedagógica. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1978.

GUATEMALA. Assembléia Geral, 29º período ordinário de sessões, tema 34 da agenda. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência** (original em espanhol), 1999.

GOES, M. C. R. de. **Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação**: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, M, K; SOUZA, D. T; REGO, T. C (Org). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002. p. 95-114.

HONORA, Marcia. **Esclarecendo as deficiências**: aspectos teóricos e práticos para contribuir para uma sociedade inclusiva. São Paulo. Ciranda Cultural Editora

e Distribuidora Ltda. 2019.

MAGALHÃES, R. C. P.; LAGE, A. M. V. **Reflexões sobre a diferença:** uma introdução à Educação Especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar** - O que é? Por quê? Como fazer? - São Paulo: Summus, 2015. 96 p.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental:** a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 1995.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - **Educação 2030 Declaração de Incheon Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.** Brasília, 2016.